

Pesquisar na pesquisa: novos caminhos metodológicos a partir de Michel Foucault

Researching within research: new methodological paths from Michel Foucault

DOI:10.18226/21784612.v31.e026003

Pablo Severiano Benevide¹

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo apresentar uma via alternativa para a pesquisa arqueogenealógica: aquela que tem por inspiração o pensamento de Michel Foucault. Assumindo o posicionamento de que, do pensamento de Michel Foucault, depreende-se uma forma específica de fazer pesquisa, elegemos quatro núcleos de problemáticas que neste artigo abordaremos: o problema da fundamentação, da seleção, da argumentação e da validação da pesquisa. Para cada núcleo de problemáticas apresentaremos um encaminhamento específico, com a finalidade de nos desvencilharmos de exigências inférteis ou desnecessárias que, a nosso juízo, contribuem para impedir a pesquisa de pesquisar. Faremos isso a partir das noções de espectro da pesquisa, de problema de pesquisa, de argumentação da pesquisa e de objeto da pesquisa. A cada uma dessas noções corresponde um tópico deste trabalho. Trata-se, com isso, de propor um modo de reorganização da pesquisa que bem posicione a forma como dialogará com autores e temáticas afins, o motivo pelo qual apresenta-se em sua singularidade e, ainda, certa estratégia para a obtenção de um alcance e persuasão satisfatórios junto ao leitor, ao campo de estudos em que se situa e àqueles com os quais guardam alguma afinidade. Com isso, estaremos não somente dando corpo à propositura de novas formas de procedimento em uma pesquisa arqueogenealógica, mas, também, revisitando importantes aspectos do pensamento de Michel Foucault que possuem grande valor para a relação entre teoria e pesquisa – o que situa, portanto, este trabalho tanto na linha de reflexões sobre metodologia e pesquisa; e, ainda, nas fronteiras entre Filosofia e Educação. Assim, embora consideremos estar na esteira de certas proposituras de encaminhamentos metodológicos a

¹ Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará – Eixo de Pesquisa: Filosofias e Antropologias da Diferença, Tecnocultura e Educação. Professor Adjunto II do Departamento de Fundamentos da Educação. Pós-Doutor em Filosofia da Educação pela Universitat de Barcelona, Doutor em Filosofia da Educação (UFC/UERJ), Mestre em Filosofia (UFC) e Graduado em Psicologia (UFC). Pesquisador do Diretório CNPq – Grupo de Estudos Marxistas (GEM) e Coordenador do μάτια - Estudos em Filosofia das Visibilidades (ICA/UFC). Orcid: 0000-0001-8168-7315. E-mail: pabloseverianobenevides@hotmail.com.

partir da obra de Michel Foucault já realizadas por outros autores, nosso entendimento é de que este tipo de trabalho ainda é pouco realizado e de que as modalidades de organização de pesquisas que tenham por inspiração o pensamento de Michel Foucault se dão de forma muito mais intuitiva ou excessivamente vinculada ao estilo pessoal do pesquisador do que planejadas, organizadas e referidas a uma posição metodológica condizente com a arqueogenealogia.

Palavras-chave: Espectro da pesquisa. Problema de pesquisa. Objeto. Fundamentação. Validação.

Abstract: This work aims to present an alternative approach to archaeogenealogical research: one inspired by the thought of Michel Foucault. Assuming that a specific way of conducting research emerges from Michel Foucault's thought, we have chosen four core problems to address: the problem of foundation, selection, argumentation, and validation of research. For each core problem, we will present a specific approach, aiming to disentangle ourselves from unproductive or unnecessary requirements that, in our opinion, prevent research from actually researching. We will do this based on the notions of research spectrum, research problem, research argumentation, and research object. Each of these notions corresponds to a topic in this work. This involves proposing a way to reorganize the research that effectively positions how it will engage with related authors and themes, the reason for its unique presentation, and a strategy for achieving satisfactory reach and persuasion among the reader, the field of study in which it is situated, and those who share some affinity with it. In doing so, we will not only be giving substance to the proposition of new forms of procedure in an archaeogenealogical research but also revisiting important aspects of Michel Foucault's thought that are of great value to the relationship between theory and research – which therefore situates this work both within the line of reflections on methodology and research and also at the frontiers between Philosophy and Education. Thus, although we consider ourselves to be following certain methodological approaches based on the work of Michel Foucault already undertaken by other authors, our understanding is that this type of work is still rarely carried out and that the methods of organizing research inspired by the thought of Michel Foucault are much more intuitive or excessively linked to the researcher's personal style than planned, organized, and referenced to a methodological position consistent with archeogenealogy.

Keywords: Research scope. Research problem. Object. Theoretical foundation. Validation.

Introdução

É bem possível que, às expensas de nossa vontade mais explícita ou mais escondida de unificação de um campo de saber em torno de um conjunto de temas, de um entendimento teórico coeso e de uma forma bem delineada de procedimento metodológico, jamais possamos sequer nos aproximar de tais feitos. E, talvez, tanto melhor que assim seja. Longe, todavia, de esta impossibilidade de unificação – temática, teórica ou metodológica – servir como um impeditivo, ela serve como mecanismo de proliferação para distintas formas de entendimento acerca da relação entre teoria e pesquisa. Nosso trabalho, portanto, elege um campo bem específico de inscrição do saber: o campo dos *estudos foucaultianos*; em relação a ele, pretende também oferecer uma alternativa para a compreensão de algo bem fácil de indicar: a *metodologia de pesquisa*; e, de forma mais específica, debruça-se sobre quatro dimensões da pesquisa que, assim compreendemos, são de ordem metodológica: a *fundamentação*, a *seleção*, a *argumentação* e a *validação*.

Dessa forma, por mais que, no decorrer deste trabalho, certas formulações possam dar a entender que estamos trabalhando em prol de uma unificação, de uma oficialização ou de um encerramento das discussões acerca dos procedimentos metodológicos para uma pesquisa inspirada em Michel Foucault, advertimos que se trata de algo bem distinto disto. Não obstante, posicionamo-nos no tabuleiro do jogo para dar certos lances e, com eles, talvez modificar certos entendimentos. Seguimos, aqui, a linha de análise percorrida por autores como Benevides (2016), Benevides e Siebra (2020), Ferreira (2015), Aragão, Barros e Oliveira (2005), Veiga-Neto (2009) e alguns outros. Trata-se, em linhas gerais, de compreender que o conjunto da obra de Michel Foucault – chame-se de teoria, de epistemologia ou de analítica – produz certo entendimento não somente sobre novos e antigos temas ou novos e antigos conceitos. Indo além, trata-se de compreender que o pensamento de Michel Foucault dá ferramentas para pensarmos em uma *forma singular de fazer pesquisa*.

Como estamos a tratar, justamente, de metodologia de pesquisa, consideramos necessário bem explicitar o próprio caminho metodológico desta breve apresentação: iremos, antes de

apresentar o aspecto *positivo* de nossa releitura de Foucault com vistas à propositura de uma forma de fazer pesquisa, indicar o aspecto *negativo* que lhe é correlato. Isso quer dizer que começaremos pelos obstáculos, pelos entraves, pelos enganos – começaremos, assim, por tudo aquilo que atrapalha a pesquisa. E intentaremos, na sequência, mostrar como se trata, via de regra, de exigências ora inférteis ou inúteis, ora impossíveis ou exaustivas para a pesquisa com Michel Foucault, que, a partir desse momento, chamaremos de *pesquisa arqueogenológica*. Com isso, talvez justifiquemos o aparente pleonasma que dá título a este trabalho – “pesquisar na pesquisa” –, na medida em que indicaremos como, muitas vezes, por exigências estéreis ou por omissões imperdoáveis, a “pesquisa” não pesquisa.

Das questões em torno da fundamentação ao espectro da pesquisa

Em sua aula inaugural no Collège de France, intitulada *A Ordem do Discurso*, Foucault (2011a) coloca um problema que talvez seja também colocado por muitos de nós, no momento em que nos empenhamos a realizar uma pesquisa: *por onde iniciar e como iniciar?* Se começar – uma pesquisa, uma disciplina, uma palestra – é algo que desperta certa insegurança, teremos, pois, um conjunto de formas que as instituições põem à nossa disposição para aplacar essa possível angústia que, por tantas vezes, impede a feitura de uma pesquisa.

Existe em muita gente, penso eu, um desejo semelhante de não ter de começar, um desejo de se encontrar, logo de entrada, do outro lado do discurso, sem ter de considerar do exterior o que ele poderia ter de singular, de terrível, talvez de maléfico. A essa aspiração tão comum, a instituição responde de modo irônico; pois que torna os começos solenes, cerca-os de um círculo de atenção e de silêncio, e lhes impõe formas ritualizadas, como para sinalizá-los à distância (Foucault, 2011a, p. 6-7).

A instituição, portanto, percebe os perigos do começo, pressente o acontecimento (singular, terrível e talvez maléfico) que o começo pode provocar e, portanto, *se defende do começo*. Argumentamos, nesse ponto, que a principal forma de se defender do começo é *não começar*, é remeter o começo ao já começado e, portanto, elidir o começo como acontecimento.

Quando começamos uma pesquisa apresentando os pressupostos dos quais partimos, o que fazemos é iniciar a partir de algo já iniciado e, frequentemente, fundar por sobre o já fundamentado e conhecer sob os códigos, os vocabulários e os signos do já conhecido. Pois partir de pressupostos não é criar novos inícios, novos planos e novos solos, mas se apoiar naqueles que já existem sem questioná-los (Benevides, 2016, p. 271).

Os pressupostos são, justamente, os “conceitos fundamentais” que, muitas vezes, exercem uma função ironicamente importante ao pesquisador e à instituição: tranquilizar a todos de que nada de novo está sendo dito e que a ordem do discurso não está ameaçada. Dessa maneira, compreendemos que, tanto em possíveis situações de orientação quanto em decisões do próprio pesquisador de Mestrado ou Doutorado sobre sua pesquisa, iniciar seu trabalho apresentando os *fundamentos do pensamento de Foucault*, por exemplo, seria uma forma de se proteger do medo de dizer algo ainda não dito. Do ponto de vista do pesquisador, sua segurança: sua pesquisa não poderá ser destruída, deslegitimada e invalidada por completo – afinal, algo de seguro ou de correto o pesquisador sabe que permanece. E isto é, exatamente, aquilo que ele não propriamente *fez*, mas tão somente *reproduziu* em outras palavras: os “conceitos fundamentais”.

Sabemos, entretanto, que é necessário que uma pesquisa se situe dentro de certos esquemas formais, prévios e mesmo gerais para que seja, inclusive, identificada como *pesquisa*. Isso foi tema recorrente na fase arqueológica do pensamento de Michel Foucault (1997, 2007), especialmente nas obras *A Arqueologia do Saber* e *As Palavras e as Coisas*. Não é possível falar de uma “exterioridade selvagem” (Foucault, 2011a, p.35), arrematava Foucault (2011a) na transição da fase arqueológica para a fase genealógica, pois é preciso, antes de que um discurso *diga o verdadeiro*, que ele previamente *se situe no verdadeiro*. Seja ao analisar as regras de formação do objeto, de repartição da dispersão enunciativa, da aparição de uma formação discursiva ou da composição do arquivo (Foucault, 1997), seja ao analisar as metamorfoses da episteme clássica para a episteme moderna, em que o discurso das ciências humanas, em sua aparente variedade, repete de formas previsíveis os temas da fundamentação, da reflexão, da autenticação e da origem, presos que estão na forma-Homem (Foucault, 2007). Como, então,

proceder de modo a não romper a ordem do discurso, apresentar um texto que seja reconhecido como pesquisa e, ao mesmo tempo, não elidir o potencial analítico de uma pesquisa, introduzindo a exaustiva e infértil obrigação de remeter o início do texto aos “conceitos principais”, que tantas vezes em quase nada dialoga com o objeto da pesquisa?

É preciso, para tanto, que compreendamos o quanto estas exigências de fundamentação – que se expressam tanto no início do texto quanto na necessidade, ao longo do texto, de estar vinculando tudo o que se escreve em uma pesquisa a autores que já escreveram algo semelhante – contrariam a própria arqueogenealogia foucaultiana. E, especialmente, a genealogia, posto que aponta com mais nitidez sua função minoritária, contra-hegemônica e crítica em relação ao modo de constituição dos saberes oficiais por sua vinculação ao poder. Se esta atitude é comum ao decurso do pensamento de Michel Foucault, isto parece atingir seu ápice no curso *Em Defesa da Sociedade*: “As genealogias são, muito precisamente, anti-ciências. [Trata-se] de uma insurreição, sobretudo, contra os efeitos centralizadores de poder que são vinculados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico” (Foucault, 2010a, p. 10).

Dessa forma, entendemos que a exigência de *fundamentação*, como exigência de uma permanente e ininterrupta forma de conjurar a novidade da pesquisa à ordem de um discurso pré-existente (que faz com que o próprio acontecimento discursivo se perca em sua singularidade), age no sentido inverso à genealogia. Isso porque não se trata somente de uma regra metodológica, mas de um princípio implícito que é, ele mesmo, um mecanismo de restauração dos efeitos centralizadores de poder vinculados à institucionalização de um saber. Os textos de pesquisa, assim compreendemos, não precisam temer a singularidade da pesquisa. Não precisam se parecer com um texto anônimo, de qualquer um e de tantos, para serem reconhecidos como uma pesquisa.

A pesquisa arqueogenealógica, portanto, deve iniciar *iniciando*. Deve indicar, ainda que de forma lenta e gradual, como quem se aproxima de um redemoinho aos poucos para identificar seu núcleo sorvedouro, sobre o que pretende falar já em seus momentos iniciais. Trata-se de algo que não é nem exatamente a

apresentação do objeto de pesquisa e nem exatamente a formulação do problema de pesquisa; trata-se daquilo que, neste momento, chamaremos de *espectro da pesquisa*. Ele deve conter as vibrações, as virtualidades e as vicissitudes do que será o problema de pesquisa: nem tão sólido como o *objeto da pesquisa* e nem não ziguezagueante como o *problema de pesquisa*, o espectro da pesquisa apresentará um conjunto de acontecimentos laterais ao que se apresentará, em seguida, como central à pesquisa. Trata-se do cenário, da atmosfera, da massa ainda confusa de acontecimentos – o espectro da pesquisa consiste, pois, ao mesmo tempo, naquilo que irá seduzir o leitor e naquilo que, de alguma forma, provocar-lhe-á um leve susto.

Nessa ocasião, a pesquisa poderá se utilizar do importante distanciamento da escrita que um texto no futuro do pretérito produz; poderá, por vezes, demorar-se mais do que o usual no mistério e no anonimato estratégico que os verbos na terceira pessoa do singular acompanhados do pronome reflexivo “-se” portam; poderá, ainda, lançar interrogações sorrateiras, que levariam a pontos que o pesquisador já sabe que descartará; poderá, por fim, fazer menção a certos autores não como quem autentica uma carta, mas como quem espalha uma anedota ou um boato. O espectro da pesquisa irá, assim, fazer com que o pesquisador banque, temporariamente, o dublê – e isso porque colocará sua voz à disposição da exterioridade de vozes outras que ele poderá ou não reconhecer, no decorrer da pesquisa, como suas. Ora, como o que está em jogo, no início de uma pesquisa, é iniciar uma pesquisa (e, aqui, a tautologia é de grande importância), não seria mais interessante a obtenção de efeitos de poder no sentido de provocar, no leitor, uma curiosidade lenta e progressiva, em vez de simplesmente aliviar as angústias do pesquisador e da instituição repetindo os “conceitos fundamentais” – conceitos que uma parte dos leitores já conhece bem, e que a outra parte não conseguirá bem entender numa explanação sucinta?

Das questões em torno da seleção ao problema de pesquisa

Em uma entrevista proferida em 1980, intitulada *A poeira e a nuvem*, Foucault (2010b) traz uma linha de corte que nos será de grande relevância para compreendermos o que significa um

problema de pesquisa e por que será ele que selecionará o que irá e o que não irá ser analisado pela pesquisa.

Para quem, de fato, gostaria de estudar um *período*, ou ao menos uma instituição durante um dado período, duas regras entre outras se interporiam: tratamento exaustivo de todo o material de análise e equitativa repartição cronológica do exame. Quem, em contrapartida, quer tratar de um *problema*, surgido em um dado momento, deve seguir outras regras: escolha do material em função dos dados de um problema; focalização da análise sobre os elementos suscetíveis de resolvê-lo; estabelecimento das relações que permitem essa solução. E, portanto, indiferença para com a obrigação de tudo dizer, mesmo para satisfazer o júri dos especialistas convocados (Foucault, 2010b, p. 326).

Tiremos, deste entendimento, um procedimento inicialmente *negativo*: o que a pesquisa arqueogenealógica deve analisar não são as coisas “mais importantes”, “mais relevantes” e nem mesmo os “melhores textos”; o que deve servir de critério para inclusão e exclusão de material de análise não é uma artificial delimitação espacial e temporal, delimitação esta que não deixa de ser tributária ao ímpeto que os positivismos conseguiram enxertar em tantas outras chaves de análise; o que, por fim, deve constar ao final de uma pesquisa não é um aditivo desconexo de discursos e acontecimentos que satisfaça a cada ator envolvido na pesquisa – o pesquisador não deve, a pretexto de agradar a banca, de agradar o orientador, de agradar a instituição ou mesmo agradar os membros de sua linha de pesquisa, incluir aquilo que o problema de pesquisa não pede. As ausências serão sempre apontadas; o pesquisador, entretanto, deve compreender que “só se podem denunciar as ‘ausências’ em uma análise quando se compreendeu o princípio das presenças que nela figuram” (Foucault, 2010b, p. 327).

Se, por um lado, as ausências serão sempre apontadas, as exigências para deixar a pesquisa “mais enxuta”, “mais sintética” ou, como se diz, “mais focada”, não cessarão de atormentar o pesquisador. Aqui vale, igualmente, aquilo que a um só tempo pode funcionar como máxima liberdade ou máxima sujeição: é somente ao problema de pesquisa que o pesquisador deve satisfação. Não existe, de forma genérica, nenhum valor em uma pesquisa “enxuta”, “sintética” ou “focada”; uma pesquisa não deve *ser bem delimitada*,

mas *ter um problema de pesquisa bem definido*; a extensão, portanto, de uma pesquisa, não deve obedecer a qualquer costume, bom senso ou disposição da banca para leitura. Trata-se, mais uma vez, de reafirmar: a pesquisa deve comportar o exato tamanho e quantidade de material analisado que o problema de pesquisa *impuser*.

E, aqui, chegamos a um aparente paradoxo: o problema de pesquisa possui grau máximo de liberdade para ser formulado; entretanto, uma vez formulado, a pesquisa deve um grau máximo de alinhamento (não às vontades do pesquisador, mas) àquilo que o problema de pesquisa indicar como necessário. E onde encontraremos o solo, o caminho e o empurrão que constitui a *necessidade* da pesquisa? Resposta simples: no problema de pesquisa. Com isso, pouco se disse; com isso, devemos avançar à questão que tanto é evitada; com isso, devemos encaminhar uma resposta à questão *o que é um problema de pesquisa?*

Em uma entrevista proferida em 1984, intitulada *Polêmica, Política e Problematizações*, Foucault (2012) nos traz aquilo que, para este trabalho e em específico neste tópico, constitui o elemento articulador de nossa propositura metodológica. Estamos, pois, falando da noção de *problematização* como efeito, justamente, do que Foucault (2012) chamou de *trabalho do pensamento*. É curioso notar que, nesta entrevista, ao mesmo tempo enigmática e de enorme valor para a extração de procedimentos metodológicos, Foucault (2012) define a *problematização* como uma espécie de incógnita, condição de possibilidade e extrato a ser preenchido por um trabalho do pensamento – trata-se, pois, da relação entre a formulação da *problematização* e a diversidade de soluções que, somente em função dela, são possíveis de serem enunciadas.

Mas o trabalho de uma história do pensamento seria encontrar na origem dessas diversas soluções a forma geral da *problematização* que as tornou possíveis – até em sua própria oposição; ou, ainda, o que tornou possíveis as transformações das dificuldades e obstáculos de uma prática em um problema geral para o qual são propostas diversas soluções práticas. É a *problematização* que responde a essas dificuldades, mas fazendo delas uma coisa totalmente diferente do que simplesmente traduzi-las ou manifestá-las; ela elabora para suas propostas as condições nas quais possíveis respostas podem ser dadas; define os elementos que constituirão aquilo que as

diferentes soluções se esforçam para responder (Foucault, 2012, p. 226-227).

Estamos, agora, tanto em condições de encaminhar uma resposta à questão acerca do que é um problema de pesquisa quanto de articulá-lo àquilo que, no tópico anterior, chamamos de espectro da pesquisa. Para isso, devemos compreender a relação entre as “dificuldades e obstáculos de uma prática” e as “diversas soluções práticas” do ponto de vista de uma inversão metodológica que, aqui, achamos por bem efetuar. E isso porque nossa propositura de pesquisa pretende *partir das soluções práticas* para, somente a após apresentadas, encontrar as dificuldades e obstáculos que lhes são correlativos. Nesse sentido, seguindo a linha analítica expressa por Foucault (1997) em sua *Arqueologia do saber*, trata-se de analisar uma massa de enunciados efetivos que constituem formações discursivas em torno das soluções a um problema. Ora, mas como isso pode ser traduzido como procedimento metodológico para a pesquisa arqueogenológica?

Relembremos do que trata o espectro da pesquisa: trata-se das vibrações discursivas que constituem o cenário da pesquisa, os temas laterais, as virtualidades, aquilo que se fala meio como fofoca ou boato. O espectro da pesquisa constitui preparação para o problema de pesquisa justamente porque ele irá tratar de alinhar, na análise da materialidade de discursos e práticas que importam à pesquisa, uma diversidade de enunciados que possivelmente só veriam entre si diferenças ou oposições incontornáveis. Esses enunciados podem estar em artigos, em livros, em leis, em regulamentos, em páginas de redes sociais, em protocolos, em propagandas ou em qualquer extrato de inscrição discursiva – eles devem, entretanto, ter algo em comum entre si que somente em um dado momento será percebido. Isso porque, de alguma forma, assim argumentará o pesquisador, esses enunciados *respondem a alguma coisa*. E, ainda que respondam de forma inteiramente diferente, o que eles respondem é ao *problema de pesquisa*.

Essa elaboração de um dado em questão, essa transformação de um conjunto de complicações e dificuldades em problemas para os quais as diversas soluções tentarão trazer uma resposta é o que constitui o ponto de problematização e o trabalho específico do pensamento (Foucault, 2012, p. 227).

Começaremos, pois, pelo que Foucault (2012) chamou de “diversas soluções [que] tentarão trazer uma resposta” (p. 227) e, aqui, descarreguemos o peso, talvez excessivo, das palavras “solução” e “resposta” – e, assim, talvez compreendamos que determinados enunciados passam a ocupar o espaço discursivo, a se tornar mais frequentes, a excluir outros enunciados ou a resgatarem antigos sistemas de enunciação porque *respondem a algo*. Esse algo constitui, no início da pesquisa, uma incógnita = X. Se o espectro da pesquisa tem por função dar o vulto dessa incógnita, o problema da pesquisa dará os contornos (sempre parciais, porém suficientes para os fins da pesquisa) disto a que os enunciados respondem, reagem, regurgitam. Portanto, uma pesquisa arqueogenealógica poderá, assim sugerimos, portar uma generosa introdução que *apresente o espectro da pesquisa* e um primeiro capítulo que consista *na transformação do espectro da pesquisa em problema de pesquisa*.

Talvez esse momento consista, justamente, naquilo que Foucault (2012) refere como a transformação de “dificuldades e obstáculos” em *algo* que provoca um *conjunto* múltiplo de soluções. Este *algo* = *problema de pesquisa*, na medida em que se situa entre a dificuldade prática e a solução prática, comporta – por mais que uma pesquisa pretenda ter um forte traço *empírico, experimental* ou que realize *trabalho de campo* – uma dimensão explicitamente *conceitual*. Será aí que a pesquisa irá fazer aquilo que Deleuze (2009) havia considerado como função própria da Filosofia: criar conceitos. Sim, o problema de pesquisa implicará, por vezes, a criação de conceitos, posto que acessa uma dimensão mais genérica do que aquela apontada pelas dificuldades práticas e pelas soluções práticas. Ora, mas o principal espanto do pesquisador será, justamente, a percepção de que *as soluções práticas não são capazes de elidir os problemas práticos*; nesse sentido, o problema de pesquisa apresenta a forma geral de um aparente paradoxo, paradoxo este que tem a ver com o entendimento, também já colocado por Deleuze (2009), de que *as soluções não dissolvem os problemas*: “fazem-nos acreditar, ao mesmo tempo, que os problemas são dados já feitos e que eles desaparecem nas respostas ou na solução; sob esse duplo aspecto, eles seriam apenas quimeras” (p. 227 - 228). O problema não é, portanto, um acidente, um desvio ou epifenômeno da

positividade de uma solução que sempre esteve lá e ainda está lá, aguardando a nobreza de algum resgate:

É um preconceito infantil, segundo o qual o mestre apresenta um problema, sendo a nossa tarefa de resolvê-lo e sendo o resultado desta tarefa qualificado de verdadeiro ou de falso por uma autoridade poderosa. [...] Não que os problemas, práticos ou especulativos, sejam como que a sombra de soluções preexistentes, mas, ao contrário, porque a solução deriva necessariamente das condições completas sob as quais se determina o problema *como* problema, dos meios e dos termos de que se dispõe para colocá-lo (Deleuze, 2009, p. 228 -229).

O problema de pesquisa, portanto, aparecerá como, ao mesmo tempo, *aquilo que demanda uma solução e aquilo que persiste em retornar mesmo após toda e qualquer solução que lhe é dada*. E é por isso que o capítulo inicial será um lento caminhar das soluções práticas aos problemas práticos – e, desses, ao problema de pesquisa. Indo por essa via, nossa propositura de pesquisa indica que aquilo que se apresenta como soluções práticas e problemas práticos seja apresentado, neste momento, não de forma exaustiva, mas ilustrativa. Quanto mais forte, radical ou espantoso for o enunciado que traz a solução prática, tanto melhor que o pesquisador a apresente no início; da mesma forma, quanto mais o enunciado que traz o problema prático for apresentado como grave, urgente ou absurdo, tanto melhor que conste no início da pesquisa. O leitor necessita, assim compreendemos, *ver o real a partir do exagero*.

Das questões em torno da argumentação à estratégia da pesquisa

Em seu artigo *O problema da objetivação para Michel Foucault: uma análise arqueogenealógica do exame e da confissão*, Benevides (2025) argumenta algo do ponto de vista da objetivação dos saberes que, aqui, consideramos relevante trazer para a racionalização do ponto de vista da pesquisa. Sem, de modo algum, sorver a singularidade deste debate ao mastodôntico e complexo duelo filosófico entre empirismo e racionalismo, argumentamos que a posição de Michel Foucault, expressa no decorrer de toda a sua arqueogenealogia, consiste em um tipo específico de racionalismo construtivista que, longe de examinar a dispersão de forma fragmentária, afina as lentes para enxergá-las em função do ponto

de vista que lhe dá o *problema de pesquisa* e segue o fio condutor de sua resolução mediante uma determinada *estratégia de pesquisa*:

Foucault, longe de ser o pensador da irracionalidade, do ceticismo e do subjetivismo é, para aqueles que conseguem ajustar seu estrabismo, talvez aquele que, mediante a perseguição constante a formas de objetividade singulares a uma analítica do saber, do poder e da subjetivação, um dos pensadores que mais tenha contribuído para o alargamento daquilo que, por incontáveis séculos, estamos chamando de racionalidade (Benevides, 2025, p. 207).

Portanto, o principal obstáculo que aqui devemos retirar é uma certa *permissividade infértil* à pesquisa que se considera foucaultiana, seja quando se manifesta pela via de um resgate do sujeito ou do cuidado de si, seja quando acredita produzir resistência com um estalar de dedos, seja quando prega para convertidos e abandona o fio condutor da análise para ensaiar as mais constrangedoras formas de pregação contra o que chamam, sem régua e sem rigor, de “o poder”. A pesquisa arqueogenealógica não é um aditivo de enunciados ensaísticos, não é o pântano das pirotecnias conceituais e nem, muito menos, uma superfície de inscrição para denunciamentos fáceis contra “o” poder. Pelo contrário, seu ímpeto está na frieza cirúrgica e na precisão com que corta, com que conta e com que coloca na mesa certos enunciados, práticas e modos de subjetivação para que a análise faça sua dissecação. Afinal, ao analisar, a pesquisa arqueogenealógica, ao mesmo tempo, *argumenta*. Isso constitui um ponto essencial da pesquisa.

Ora, como pano de fundo temos a importante afinidade de Foucault com Nietzsche no que diz respeito ao problema da relação entre conhecimento e mundo, bem expressa em *A Verdade e as Formas Jurídicas* (Foucault, 2011b) e em suas *Aulas sobre a vontade de saber* (Foucault, 2014). Foucault (2011b), ao afirmar que “não é natural à natureza ser conhecida” (p. 18), indica que o conhecimento não deve ser explicado do ponto de vista das coisas anteriores ao conhecimento, sejam elas internas ao sujeito (percepção, razão, sentidos, intuição) ou externas a ele (a realidade, a verdade, a revelação, Deus). O conhecimento, ao contrário, por não ter natureza, por não se fundar, também, em uma natureza

outra – seja no homem, seja nas próprias coisas – é definido por um conjunto de relações *estratégicas*.

É essa relação estratégica que vai definir o efeito do conhecimento e por isso seria totalmente contraditório imaginar um conhecimento que não fosse obrigatoriamente parcial, oblíquo, perspectivo. O caráter perspectivo do conhecimento não deriva da natureza humana, mas do caráter sempre polêmico e sempre estratégico do conhecimento (Foucault, 2011b, p. 25).

Isso significa, portanto, que o conhecimento é uma invenção, é uma criação, não preexiste ao ato que põe sua existência – e esse ato, assim entendemos, é o ato da pesquisa: será o desenho traçado pela pesquisa que irá fundar o conhecimento. Corolário: o conhecimento não tem *fundamento*, tem *fundação*: é somente porque nada o sustenta que ele pode ser produzido, fabricado e tecido nas malhas da pesquisa. Benevides (2016) já salienta que “o objeto de pesquisa há que ser produzido ativamente por aquele que pesquisa” (p. 281) – o que, segundo o autor, é o mesmo que considerar a radicalidade do caráter perspectivo do conhecimento: “isto quer dizer, também, que os problemas de pesquisa não são *consensualmente* considerados como problemas de pesquisa” (p. 281). A falta de consenso, entretanto, não deverá servir de alibi para o relaxamento: se a pesquisa nunca poderá convencer a todos de que aquilo que apresenta é um *problema* – dado, justamente, o caráter polêmico e dissensual acerca da própria noção de problema –, isso significa tão somente que ela não relaxará enquanto não *argumentar exaustivamente* para mostrar a relevância de seu problema. Afinal, os outros não enxergam problemas, enxergam fenômenos; e, para fazer pesquisa, é preciso sair do fenômeno – não em direção à *essência*, mas em direção ao *problema*: “contra a doçura acolhedora do fenômeno é preciso erguer a sanha mortífera do saber” (Foucault, 2014, p. 186).

É por isso que Foucault (2014), em suas *Aulas sobre a vontade de saber*, momento estratégico entre a Arqueologia e a Genealogia, afirma que o conhecimento – e, aqui, fazemos um deslocamento: a pesquisa – nem permanece no nível do enunciado tal como posto no início, nem salta do enunciado ao seu significado profundo. Diferentemente, se o conhecimento é uma forma de destruir a aparência no próprio jogo da aparência, a pesquisa será uma forma

de destacar o enunciado para, em seguida, reduzi-lo à condição de migalha – e isso quando diante dele se interpuser um conjunto expressivo de enunciados vizinhos, que poderá transformar sua aparente singularidade em uma repetição por vezes enfadonha.

O conhecimento não é a operação que destrói a aparência; também não é o vão esforço de permanecer sempre na aparência. É o que constitui indefinidamente a novidade da aparência no avanço da aparência. O conhecimento é de fato aquilo que vai além da aparência, o que maldosamente a destrói, submete-a à tortura, arranca-lhe seus segredos. Um conhecimento que permaneça no nível do que se dá como aparência não seria um conhecimento (Foucault, 2014, p. 186).

Ora, mas o que isso tem a ver com o problema da argumentação e da seleção? A *argumentação da pesquisa* será, justamente, o que Foucault (2014) chama de “a novidade da aparência no avanço da aparência” (p.186). Trata-se do modo como o material selecionado para análise será considerado em seu valor argumentativo: ele indicará a existência de certa pressão discursiva, ele evidenciará a efetividade dos enunciados que dizem aquilo que tantas vezes queremos esconder, ele tratará à tona o ubuesco e o grotesco que tantas vezes nos faz rir e nos faz chorar, ele irá, em suma, compor o corpo concreto do problema de pesquisa e terá sua razão de ser na medida em que *concorde* com aquilo que o problema de pesquisa indicará, explícita ou implicitamente, como sua *tese*. Será este momento, nada apoteótico, que deverá situar o problema da *validação da pesquisa* – ao final, o pesquisador terá de chegar ao ponto em que o material selecionado para análise satisfaça a pesquisa, mas que a pesquisa que fez já não mais o satisfaça como pesquisador e nem satisfaça as necessidades de seu campo de pesquisa.

Sabemos o quanto estas palavras são, com frequência, usadas para compor melodramas e lições de moral que estão sempre a falar, com um olhar distante, para a abertura da ciência, para a importância de pesquisas futuras, para o caráter inacabado do saber, para a vastidão que é o universo do conhecimento. E sabemos, ainda, o quanto isso, tantas vezes, não passa de um conjunto de palavras vazias: via de regra, o pesquisador ou sente que completou um ciclo e agora tudo sabe sobre o que escreveu, ou, diferentemente, não

vê o inacabado, o aberto e a interrogação naquilo que é exterior à sua pesquisa, posto que considera sua própria pesquisa um mar de mistérios e articulações duvidosas.

Por isso, talvez, tantas vezes evite reler o que escreveu.

Apresentamos algumas razões que ressaltam a importância de atar a *argumentação da pesquisa ao problema de pesquisa* e, com isso, considerar que, se a argumentação deve ser exaustiva do ponto de vista do encaminhamento de um problema, ela será emancipada em relação a tantas outras coisas que parecem ser ou próximas, ou relevantes, ou interessantes. A seleção da materialidade da pesquisa – os enunciados efetivos, os dispositivos de poder e as formas de subjetivação que são imanentes ao problema de pesquisa – procederá de forma semelhante àquela indicada por Kant (1980) em sua clássica *Crítica da Razão Pura*:

A razão tem que ir à natureza tendo numa mão os princípios unicamente segundo os quais os fenômenos concordantes entre si podem valer como leis, e na outra o experimento que ela imaginou segundo aqueles princípios, na verdade para ser instruído pela natureza, não, porém, na qualidade de um aluno que se deixa ditar tudo o que o professor quer, mas na de um juiz nomeado que obriga as testemunhas a responder às perguntas que lhes propõe (Kant, 1980, p. 37-38).

Das questões em torno da validação ao objeto da pesquisa

No curso *Do Governo dos Vivos*, ministrado em 1980, Foucault (2010c) faz uma curiosa digressão para o que, geralmente, chama de *questões de método* – o que constitui uma tônica bastante comum em seus escritos: a interrupção de uma linha de análise para a apresentação de alguns apontamentos metodológicos, por vezes até um tanto genéricos em relação à especificidade da análise em questão, mas que, de alguma maneira, retornam de forma importante à análise. No caso em específico, trata-se de um apontamento bastante relevante porque apresenta, de forma que consideramos pouco usual, em que consiste propriamente o *objeto da pesquisa* – aquilo que tantos acreditam já estar no início da pesquisa. Pelo contrário, veremos como a apresentação do objeto da pesquisa consiste, justamente, em seu momento derradeiro.

Com outras palavras, trata-se de não partir de nenhum universal que diria: eis a loucura. Não se trata de partir de nenhuma posição humanista dizendo: eis o que é a natureza humana, eis o que é a essência humana, eis o que é a liberdade humana. É preciso tomar a loucura por um “x” e se apossar da prática, da prática somente como se não soubesse nada, e fazer de tal modo sem nada saber sobre o que é a loucura (Foucault, 2010c, p. 63).

Começemos, mais uma vez, pelo valor negativo de nossas proposições metodológicas: não é somente desnecessário, mas também contraproducente para a pesquisa, a *definição de seu objeto*. O problema da definição, na medida em que traz, de forma mais implícita ou mais explícita, o problema da identidade de seu objeto – e, com isso, como que a partir de uma força de propagação, a exigência de uma identidade no conceito e até mesmo na estratégia de apresentação da relação entre conceito e objeto – deve desaparecer por completo da pesquisa arqueogenológica. E para isso, talvez, não precisemos nem ir tão longe. Afinal, foi logo no início de sua obra, na *Arqueologia do Saber*, que Foucault (1997) definiu o objeto não a partir daquilo que nos revelaria “a coisa mesma”, o “fundo das coisas”, a “presença imediata” ou aquilo que só aparece após um longo exercício – sempre possível de ser posto em suspeita – de depuração da linguagem. O objeto, longe de ser *o outro lado do discurso*, é muito mais *feito de um cruzamento entre práticas discursivas e não discursivas*.

Não se trata, aqui, de neutralizar o discurso, transformá-lo em signo de outra coisa e atravessar-lhe a espessura para encontrar o que permanece silenciosamente aquém dele, e sim, pelo contrário, fazê-lo surgir na complexidade que lhe é própria. Em uma palavra, quer-se, na verdade, renunciar às “coisas”, “despresentificá-las”; conjurar sua rica, relevante e imediata plenitude, que costumamos considerar como a lei primitiva de um discurso que dela só se afastaria pelo erro, esquecimento, ilusão, ignorância ou inércia das crenças e das tradições, ou, ainda, desejo, inconsciente talvez, de não ver e não dizer; substituir o tesouro enigmático das “coisas” anteriores ao discurso pela formação regular dos objetos que só dele se delineiam; definir esses objetos sem referência ao fundo das coisas, mas relacionando-os ao conjunto de regras que permitem formá-los como objetos de um discurso e que constituem, assim, suas condições de aparecimento histórico; fazer uma história dos objetos discursivos que não os enterre na profundidade comum de um solo originário, mas

que desenvolva o nexo das regularidades que regem sua dispersão (Foucault, 1997, p. 54-55).

Dessa forma, *a construção do objeto de pesquisa substituirá a definição do objeto de pesquisa*, e não poderá haver qualquer conciliação entre esses dois entendimentos: a definição, exigida de forma precoce, como um instrumento que está sempre a serviço do constrangimento ao pesquisador e da denúncia de imprecisões que nunca cessarão, aponta para a exigência de apresentação de uma identidade que não tem outra função senão a de inibir a pesquisa de adentrar a multiplicidade ambígua dos discursos. Os objetos, afinal, não são entes paralisados que o discurso pode alcançar ou pode não alcançar; há sempre objetos surgindo da proliferação do discurso; não há, em suma, a possibilidade de que tenhamos somente uma massa discursiva desprovida de objeto. Afinal, o objeto não é uma surpresa que pode ou não aparecer em um Kinder Ovo, não é um palito de picolé premiado e nem muito menos um anel que está escondido nas mãos de um dos jogadores, para a frustração dos outros. E isso quer dizer: o objeto é consequência da forma de objetivação que pode atingir qualquer multiplicidade de discursos e que, de forma alguma, é definido pela qualidade racional, teórica, analítica ou retórica dos discursos.

Desaparece, então, para o tipo de objetivação que pretende a arqueologia, o problema da relação entre linguagem e mundo: os objetos são, desde já, objetos de um discurso; todavia, não há aí qualquer mágica: objeto será precisamente o efeito de regras que, ao repartirem o discurso, produzem certa regularidade. A dispersão, compreendida como a multiplicidade do espaço discursivo, não é mais a ameaça ao objeto, supostamente definido por sua unidade, identidade e constância. Não é necessário, por exemplo, que um conceito tenha sempre os mesmos usos para admitirmos a existência desse conceito, tampouco é necessário que exista qualquer consenso sobre a referência de um conceito a um objeto para que se deixe de falar ou se passe a falar d“o” objeto. As imprecisões não são mais impeditivos: são caminhos, trilhas, vetores que a análise arqueológica deve seguir caso queira mapear, de forma satisfatória, a objetividade dos enunciados (Benevides, 2025, p. 197).

O objeto não está no começo, mas no fim – e isso porque *o objeto da pesquisa é o efeito do preenchimento da argumentação da pesquisa*. E isso é o mesmo que dizer: a pesquisa argumenta e, com isso, se

move a partir de uma certa estratégia com vistas à construção de um objeto. E, uma vez construído, o objeto da pesquisa não poderá ser sintetizado por qualquer definição, não poderá ser abstraído das soluções práticas e problemas práticos que o engendram e, por fim, não poderá, de forma alguma, alçar a categoria de ente universal.

Optar por falar ou partir de uma prática governamental é, evidentemente, uma maneira explícita de deixar de lado como objeto primeiro, primitivo, dado um certo número de noções, como, por exemplo, o soberano, a soberania, o povo, os súditos, o Estado, a sociedade civil – todos esses universais que a análise sociológica, assim como a análise histórica e a análise da filosofia política, utiliza para explicar efetivamente a prática governamental. Eu gostaria de fazer o inverso, isto é, partir dessa prática tal como ela se apresenta, mas ao mesmo tempo tal como ela é refletida e racionalizada, para ver, a partir daí, como pode efetivamente se constituir um certo número de coisas, sobre o estatuto das quais será necessário se interrogar (Foucault, 2008, p. 4-5).

O *sentido inverso* proposto ganha ares de *decisão metodológica* na medida em que implica um ato bastante singular: partir das práticas, em sua racionalização, em sua justificação, em sua apresentação, em sua institucionalização etc., e, a partir delas, compreender como foi possível que produzissem algo que tomamos por objeto, algo que tomamos por existente independentemente do discurso, algo que acreditamos sempre ter existido. Trata-se, portanto, de uma decisão metodológica: ir na contramão dos discursos que supõem estar diante da *presença do objeto* e, por isso, acreditam gozar de algum poder especial para o desvelar. Esse curiosíssimo movimento metodológico fica ainda mais explícito quando lemos com atenção o início da primeira aula do curso *O Nascimento da Biopolítica* (Foucault, 2008):

Parto da decisão, ao mesmo tempo teórica e metodológica, de dizer: suponhamos que os universais não existem. [...] O método consistia em dizer: suponhamos que a loucura não exista. Qual é, por conseguinte, a história que podemos fazer desses diferentes acontecimentos, dessas diferentes práticas, que, aparentemente, se pautam por esse suposto algo que é a loucura? (Foucault, 2008, p. 5).

Se, no exemplo acima, considerarmos que *loucura* é o objeto em questão, uma *arqueogenealogia da loucura* seria a análise

do conjunto de acontecimentos, práticas, saberes, formas de subjetivação e discursos diversos que acreditam estar falando sobre uma *realidade = x*. Essa realidade = x é o objeto da pesquisa e, nesse sentido, partindo para diversos exemplos que sem dificuldade o autor reconhecerá sua pertinência, essa realidade, a depender da pesquisa, pode ser “a democracia nos países latino-americanos”, pode ser “a inclusão escolar com pessoas diagnosticadas com autismo”, pode ser “o empoderamento feminino sob a óptica da esquerda contemporânea”, pode ser “as sociedades da informação no capitalismo contemporâneo” e tantas outras coisas. Ele será *isso* não de qualquer forma, não como expressão facilmente compreensível ou autoevidente, não como algo que se anuncia como notícia, manchete ou informação: ele será *isso dentro do que a pesquisa conseguiu colocar para fora*. Portanto, ele sempre modificará o que antes se entendia por *isso*. O objeto da pesquisa é, pois, aquilo que se precipita, que sobe uma camada acima, que fica em alto-relevo ou em carne viva após toda a pesquisa – ele é o *rosto da pesquisa*.

Considerações finais:

Não perguntemos, em momento algum, se o objeto da pesquisa “é real”. Afinal, em que exterioridade do discurso estaríamos para sentir a silenciosa presença das coisas ou para reclamar sua ausência? É preciso entender, ao final, que a pesquisa arqueogenealógica, sendo uma máquina de produção de objetos, de novos objetos, é, também, uma máquina de produção de realidades. A pesquisa, assim, resolve o problema de sua validação quando aclimata as temáticas que costumam lhes ser específicas em termos de *produção discursiva do real*. Será o leitor quem verá ou não verá o *objeto da pesquisa*; e isso, de modo algum, consiste em relativismo, indiferença ou cinismo. Pelo contrário, isso constitui um chamado para que o pesquisador busque ser astuto, operoso, convincente e sagaz.

Primeiramente, seduzir o leitor a partir da apresentação de seu *espectro de pesquisa*; com isso, jogar com o mistério, com os acontecimentos impactantes cujas relações mútuas ainda não se sabe bem, lançar interrogações para encaminhá-lo a direções que não se sabe se será percorrida e usar da multiplicidade de vozes que

sussurram a boataria de um objeto imaginado para colocar-se na posição de dublê dessa exterioridade.

Em segundo lugar, a partir do *problema de pesquisa*, aclimatar esse jogo misterioso de vozes em enunciados concretos que aparentam solucionar coisas diferentes, buscando, de forma sub-reptícia, mostrar que talvez queiram solucionar uma e a mesma coisa. Partir para o conjunto de práticas que se aproximam daquilo que as soluções querem solucionar. Por fim, precipitar um aparente paradoxo que deve fazer um recuo conceitual e indagar se a permanência simultânea de tantas soluções práticas a tantos problemas aparentemente distintos não se deve, em verdade, ao fato de que estão reagindo, descoordenadamente, a uma mesma coisa.

Em um terceiro momento, traçar uma *estratégia de pesquisa* de modo fechar os contornos dessa lacuna, sacudir-lhe o vazio, saturar a pressão discursiva mostrando o zumbido dos enunciados efetivos, mostrar que o problema está grudado na pele e afundado no espírito. Trata-se, aí, talvez, de argumentar como quem não quer nada e como quem quer tudo: indicar as coisas de tal modo que o leitor só possa contradizê-las à custa de um constrangimento que não estaria disposto a pagar; e, com isso, recusar qualquer coisa como demonstração cabal, evidência, prova ou decreto – agir como quem arma um conjunto indiciário forte, mas virar as costas para a decisão do juiz.

Por fim, no quarto e derradeiro momento, concluir, sem constrangimentos e sem falsas modéstias, com o *objeto da pesquisa*: dar à pesquisa um rosto, uma carne, uma realidade – conduzir o leitor a uma alegria e a um choque, a um medo e a um ânimo, a um estranhamento e a uma sensação profundamente familiar de isto ser algo que ele sempre havia pensado sem se dar conta. Produzir, em suma, a partir da multiplicidade de discursos, de formas de poder e de modos de subjetivação que estão escritos lá no texto ainda quente da pesquisa, o ar fúnebre de um trabalho escrito como houvesse sido esculpido tal como os dizeres definitivos da lápide de seu túmulo. Trazer aquele frio que faz as coisas se solidificarem como gelo até a próxima onda de calor, o próximo derretimento, a próxima água.

Referências

ARAGÃO, E.; DE BARROS, M.; DE OLIVEIRA, S. Falando de metodologia de pesquisa. *Estudos e pesquisas em psicologia*, v. 5, n. 2, 2005, 18-28.

BENEVIDES, P. O problema da objetivação para Michel Foucault: uma análise arqueogenealógica do exame e da confissão. *Revista Ideação*, v. 1, n. 51, 2025, 191-208

BENEVIDES, P. Pesquisar com Michel Foucault. *Textura: Revista de Educação e Letras*, v. 18, n. 36, 2016, 265-285.

BENEVIDES, P; SIEBRA, J. A Pesquisa Arqueogenealógica: apontamentos para uma analítica do poder, do discurso e da subjetivação. In: BARROS, J.; MELLO, R.; ANTUNES, D (Orgs.). *Políticas de vulnerabilização social e seus efeitos*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2020, p. 284-301.

DELEUZE, G. *Diferença e Repetição*. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

FERREIRA, J. Pesquisa e metodologia em Michel Foucault. *Psicologia: teoria e pesquisa*, v. 31, n. 3, 2015, 411-420.

FOUCAULT, M. *Aulas sobre a vontade de saber*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

FOUCAULT, M. Polêmica, Política e Problematizações. In: FOUCAULT, M. *Ditos e escritos – Vol. V: Ética, Sexualidade, Política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 2012, 219-227.

FOUCAULT, M. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola Jesuítas, 2011a.

FOUCAULT, M. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 2011b.

FOUCAULT, M. *Em Defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2010a.

FOUCAULT, M. A Poeira e a Nuvem. In: FOUCAULT, M. *Ditos e escritos – Vol. IV: Estratégia Poder-Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010b, p. 323- 334

FOUCAULT, M. *Do Governo dos Vivos*. Tradução de Nildo Avelino. Rio de Janeiro: Achiamé, 2010c.

FOUCAULT, M. *O Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008

FOUCAULT, M. *As Palavras e as Coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2007

FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária 1997.

KANT, I. *Crítica da razão pura*. Tradução de Valério Rohden e Udo Moonsburger. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

VEIGA-NETO, A. Teoria e Método em Michel Foucault: (im) possibilidades. *Cadernos de Educação*. v. 34, n. 1, 2009, 83-94.